

OS 60 ANOS DO MOVIMENTO DOS PAÍSES “NÃO ALINHADOS” E A CONFERÊNCIA DE BANDUNG

60 YEARS OF THE “NON-ALIGNED” MOVEMENT AND THE BANDUNG CONFERENCE

Letícia Di Maio Tancredi¹

Natasha Pereira Lubaszewski¹

Rodrigo Pasqualini Milagre¹

RESUMO

No imediato pós Segunda Guerra Mundial e a partir da fragilidade em que se encontravam aspotências coloniais, muitas colônias enxergam uma oportunidade para conquistar suas independências. No entanto, a partir das rivalidades suscitadas com o advento Guerra Fria e do desejo das metrópoles de manterem sua posição de destaque a nível global, mesmo os países que conquistavam sua independência (jurídica) encontravam-se, na prática, como um cenário de disputa de interesses das grandes potências, o que consistia em uma dificuldade para essas nações recém-formadas libertarem-se da zona de influência daquelas e defender seus próprios interesses nacionais. É neste sentido que alguns desses países, visando aumentar seu poder de barganha, decidem se unir em um mesmo grupo, capazes de influenciar de algum modo no Sistema Internacional: trataremos, aqui, do Movimento dos Não-Alinhados, que completa 60 anos, e mais especificamente da Conferência de Bandung, analisando também a conjuntura atual.

PALAVRAS-CHAVE

Terceiro Mundo; Neutralismo; Bandung.

ABSTRACT

Immediately after World War II and from the weakness in which remained the colonial powers, many colonies saw an opportunity to win their independence. Notwithstanding, from the rivalries raised with the advent of the Cold War and the metropolises desire to maintain their global leading position, even the countries that won their independence (legally) were, in practice, serving as a scenario to the dispute of interests of the great powers, which consisted in a difficulty for those newly formed nations to free themselves from the influence zone of those and defend its own national interests. It is in this sense that some of these countries, looking for an increase in their bargaining power, decide to join in a group, able thus to influence somehow in the International System: we will treat in this article of the Non-Aligned Movement, which completes 60 years, and more specifically of the Bandung Conference, analyzing the current conjuncture as well.

KEY-WORDS

Third World; Neutralism; Bandung

¹Graduandos em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: ldmtancredi@gmail.com; natashaplubaszewski@gmail.com; rpmilagre@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O período do pós-II Guerra Mundial e do consequente despertar das rivalidades da Guerra Fria desencadeou uma verdadeira insurgência das antigas colônias. Aproveitando-se do momento de instabilidade dos Impérios Coloniais, decorrente do assombroso desgaste advindo das mazelas causadas pela Segunda Guerra, estes países instituíam-se como nações independentes em uma quantidade cada vez maior, libertando-se da amarga experiência colonizadora de dominação econômica, política e social direta e da submissão da população à discriminação racial em sua própria terra. Este conjunto de países passou a ficar conhecido como o Terceiro Mundo, termo que surge durante as discussões em Bandung. Apesar das suas diferenças culturais, políticas e/ou sociais imensas, estas nações compartilhavam uma grande taxa de pobreza, uma propensão por parte dos seus governos ao desenvolvimento e uma descrença generalizada na eficiência do mercado mundial capitalista, de sua doutrina das “vantagens comparativas” e de seu embasamento na empresa privada espontânea para atingir este fim. Além disso, buscavam evitar juntar-se a qualquer um dos dois sistemas de alianças, tanto o capitalista quanto o socialista, a fim de manter-se fora da possível III Guerra Mundial temida por todos. Isto não quer dizer que estes países fossem igualmente opostos aos dois lados na Guerra Fria: a grande maioria tinha simpatia pela URSS, estando dispostos a aceitar sua ajuda econômica ou militar, ou, no caso das mais conservadoras, como o Irã e a Turquia, serviam de apoio aos Estados Unidos, que haviam abandonado, após a divisão mundial, as velhas práticas anticoloniais (HOBBSAWM, 1998).

Neste contexto de pluralização dos processos emancipatórios, destacaram-se a influência da transacionalização do capital, principalmente norte-americano, sedento por novos mercados para exportação e investimento de excedentes de capital, e o amadurecimento dos movimentos de libertação nacional, muitas vezes inspirados pelo modelo alternativo representado pela tentativa soviética. Além de culminar na derrubada do mito do homem-branco superior, a descolonização em grande parte afro-asiática também serviu para incitar um interesse recíproco entre estas nações na discussão e definição de diretrizes de posicionamento e ação próprias, não necessariamente condizentes com as expectativas das superpotências norte-americana e soviética (VISENTINI, 2007).

Este movimento dos países “não alinhados” teve seu encontro inaugural há 60 anos, em 1954, na Conferência de Colombo, realizada no Ceilão (atual Sri Lanka), que contou ainda com a participação da Índia, do Paquistão, da Indonésia e da Birmânia. Nela foi discutida, pela primeira vez, a articulação de uma frente neutralista, devido ao problema da Indochina, em que os EUA substituíam a metrópole francesa e criavam mais uma bloco militar, sustentáculo da OTAN, chamado de OTASE (Organização do Tratado da Ásia do Sudeste) (VISENTINI, 2007). No ano seguinte, na cidade de Bandung, localizada na ilha de Java, na Indonésia, entre os dias 18 e 24 de abril, sucedeu-se uma segunda convenção entre estes países, considerada até hoje um dos baluartes da organização do movimento do Terceiro Mundo: a Conferência de Bandung.

A CONFERÊNCIA DE BANDUNG

A Conferência de Bandung foi uma reunião afro-asiática convocada pelos primeiros-ministros da Indonésia (independente da Holanda desde 1949, mesmo que ainda vinculada à União Holandesa), do Ceilão, do Paquistão, da Birmânia e da Índia, países que surgiram da desagregação conflituosa quanto a questões étnico-religiosas e territoriais dos antigos domínios ingleses na Ásia meridional (VISENTINI, 2007). Além dos países promotores, as seguintes nações recém-independentes participaram do encontro, vindo a totalizar um agregado de 29 países: Afeganistão, Arábia Saudita, Camboja, República Popular da China, Costa do Ouro, Egito, Etiópia, Filipinas, Iêmen, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Síria, Sudão, Tailândia, República Popular do Vietnã (Vietminh), Estado do Vietnã e Turquia (THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 1955).

Consequência direta da primeira onda de descolonização, ocorrida nos anos imediatamente subsequentes à guerra principalmente na Ásia oriental e meridional, a convenção se propunha a considerar e discutir problemas de interesse comum e concernentes aos países da Ásia e da África, abordando modos e meios pelos quais os seus povos poderiam realizar uma cooperação econômica, cultural e política mais estreita, tendo em vista a consecução do desenvolvimento. Além disso, defendiam a emancipação total dos territórios ainda dependentes, repudiando aos pactos de defesa coletiva patrocinados pelas grandes potências e à Guerra Fria em si (VISENTINI, 2007).

Entretanto, diferenças entre os países membros significavam que o não alinhamento não seria transformada em uma identidade política positiva em separado para o Terceiro Mundo. O próprio estabelecimento de uma identidade neutra já foi complicado, pois vários países presentes foram, de alguma maneira, filiados a um dos lados. A China, por exemplo, encontrou em Bandung não só um lugar para cimentar alianças em face da política norte-americana de conter o comunismo na Ásia, mas também um meio para fortalecer relações alternativas à União Soviética (YOUNG, 2005). Nas palavras de Robert Young: “Bandung foi sempre se parte de jogos e estratégias da Guerra Fria” (YOUNG, 2005, p. 4 - tradução própria).

Nesse sentido, Samir Amin, em entrevista, afirmou que um dos principais temas de controvérsia residiria nas correntes políticas e ideológicas que cada país representava. Quando a tratativa relacionava-se ao desenvolvimento, por exemplo, todos concordavam em priorizá-lo, porém duas posições defendiam diferentes visões estratégicas e táticas: uma buscava o desenvolvimento na possível “interdependência” dentro da economia mundial, não tendo a intenção de “sair do sistema”; a outra defendia a saída do campo capitalista, que levaria a reconstruir um campo socialista mundial (AMIN, 2010).

No entanto, um projeto comum aproximava-os e dava sentido à reunião. Todos acreditavam que a recuperação da independência política formalizava o meio para a conquista da conquista da libertação econômica, social e cultural (AMIN, 2010). Os participantes da Conferência consideravam o princípio de autodeterminação de todos os povos um pré-requisito ao pleno gozo de todos os direitos humanos fundamentais. Se pautando neste princípio, utilizavam Bandung para contestar a ordem internacional vigente e para se reafirmarem como Estados soberanos. Sendo assim, apesar de suas limitações e ambiguidades, a Conferência marcou a irrupção do Terceiro Mundo no cenário internacional, contribuindo para consolidar uma nova tendência de crescente influência dos países neutralistas (VISENTINI, 2007).

COMUNICADO OFICIAL DA CONFERÊNCIA²

Ao término das tratativas, foi constituído um comunicado oficial da conferência, nomeado de Declaração sobre a Promoção da Paz Mundial e da Cooperação, como forma de cristalização de todas as combinações alcançadas durante o encontro. Este determinava que:

Caberia às nações praticar a tolerância, viver em paz no espírito da boa vizinhança e desenvolver uma cooperação amigável sobre a base dos seguintes princípios: (1) respeito aos direitos fundamentais e aos direitos humanos, de acordo com a Carta da ONU; (2) respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações; (3) reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todas as nações, sejam elas grandes ou pequenas; (4) não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos de outros países; (5) respeito pelo direito de cada nação defender-se, individual e coletivamente, de acordo com a Carta da ONU; (6) abstenção do uso de arranjos de defesa coletiva destinados a servir aos interesses de algumas das grandes potências e de um país exercer pressões sobre outros; (7) abstenção de um ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país; (8) solução de todos os conflitos e/ou disputas internacionais por meios pacíficos, de acordo com a Carta da ONU; (9) estímulo aos interesses mútuos de cooperação; e (10) respeito à justiça e às obrigações internacionais (THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 1955, p. 6-7).

Ainda, a Conferência reconheceu que um dos meios mais poderosos de promover o entendimento entre as nações seria o desenvolvimento da cooperação cultural. Deste modo, foi pauta o fato de que o colonialismo em muitas partes das regiões envolvidas acabava por oprimir as culturas nacionais dos povos e entravar a cooperação nesse sentido. Sem seus direitos básicos na esfera da educação e da cultura, o povo acabava por não desenvolver a sua identidade e as regiões acabavam por não avançar em termos culturais, o que foi condenado pelos participantes. Assim sendo, segundo o Comunicado Oficial da Conferência:

A Conferência asiático-africana entendeu que a promoção da cooperação cultural entre os países da Ásia e da África deve estar voltada para: (I) a aquisição de conhecimento sobre cada um dos outros países; (II) a troca cultural recíproca; (III) e a

² As informações presentes nesta seção foram retiradas, em sua maioria, do Comunicado Oficial da Conferência de Bandung.

troca de informações (THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 1955, p. 4).

Outro ponto de concordância foram os pronunciamentos de repúdio sobre as práticas de segregação racial e discriminação que vinham minando as relações humanas tanto na África quanto no resto do mundo, sendo estas consideradas graves violações aos direitos humanos defendidos pelos participantes da convenção. Desta maneira, foi reafirmada a determinação dos povos afro-asiáticos de erradicar cada traço de racismo que pudesse ainda existir em seus próprios países, além do comprometimento de utilizarem sua influência moral para a prevenção contra o perigo de se tornarem vítimas do mesmo mal na luta para erradicá-lo (THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 1955).

Por fim, a Conferência reconheceu a urgência de promover o desenvolvimento da região asiático-africana e a necessidade de coordenação entre os países participantes, recomendando medidas que iam além da cooperação comercial e técnica, como o rápido estabelecimento do Fundo Especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico, a alocação, pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), da maior parte de seus recursos para os países asiático-africanos, o estabelecimento da Corporação Internacional de Finanças e o encorajamento da promoção de empreendimentos conjuntos entre os países asiático-africanos (THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, 1955).

Dessa forma, a concepção de “não alinhamento” do Terceiro Mundo, divergente em vários aspectos às perspectivas dominantes (capitalista e socialista), foi estabelecida pregando o respeito de todos os princípios presentes no comunicado oficial do encontro. Esta posição, conseqüentemente, acabou se traduzindo numa postura diplomática geopolítica, em época de Guerra Fria, de equidistância das duas superpotências. Entretanto, o principal foco dos participantes da Conferência não era a dicotomia Leste-Oeste, mas sim o conflito Norte-Sul, em que as potências mais desenvolvidas e industrializadas do Norte oprimiam constantemente e inibiam o desenvolvimento das menos desenvolvidas do sul, as quais, portanto, ficaram relegadas à exportação de produtos primários.

EFEITOS DO ENCONTRO

A Conferência de Bandung, além de ter marcado a já referida irrupção do Terceiro Mundo no cenário internacional, determinou, através de seus propósitos de promoção da descolonização, de combate ao neocolonialismo e de luta pelo desenvolvimento econômico periférico, o início de grandes transformações nas relações internacionais (KOCHER, 2005). Conforme Menezes (1956), os princípios e acordos contidos no encontro surtiram alguns resultados efetivos. A conferência deu cunho oficial à política de ajuda mútua árabe-oriental (iniciada em 1950 na Reunião na Assembleia da ONU, em Paris) e grifou, também, o surgimento de um sistema regional terceiro mundista que viria a ter grande peso na ONU, o que constituía a emergência de um novo ator coletivo, apesar da heterogeneidade existente entre os países componentes. Além disso, encorajou os países asiático-africanos a persistirem em suas reivindicações anticolonialistas, fazendo com que os EUA depreciassem menos a política do bloco asiático e mostrando às potências que, embora o grupo periférico não possuísse potencial militar, era essencial na formação de qualquer estratégia mundial. Também foi responsável por trazer Pequim ao convívio internacional, permitindo-lhe que desse o primeiro passo para subseqüentes entendimentos com os EUA (MENEZES, 1956).

As transformações que a Conferência de Bandung ensejou foram tanto de natureza quantitativa, tendo em vista o aumento expressivo do número de atores nacionais no cenário internacional, quanto qualitativa, através da possibilidade de interferência dos países menos poderosos no Sistema Internacional. Mesmo com toda a desordem herdada da II Guerra Mundial, o sistema internacional continuava a ser eurocêntrico, fazendo com que a reconstrução da vida social nas áreas destruídas pelo conflito desconsiderasse os interesses das regiões que estavam sob domínio colonial. A conferência então buscou a formação da identidade e soberania nacionais dos países recém-independentes em meio às poderosas forças dos que ainda procuravam atrair ou manter os novos atores sob sua influência. Essa criação da identidade nacional para as jovens nações era moldada a partir do próprio sistema internacional, e não mais da pura absorção do nacionalismo dos colonizadores. Agora, africanos e asiáticos tratariam de si e das questões internacionais relacionadas a eles, transformando-se em sujeitos e objetos das discussões, fugindo da nova forma de imperialismo que tanto os EUA quanto a

URSS tentavam implementar ao buscarem países para compor suas zonas de influência (KOCHER, 2005).

A vitória política da realização do encontro pode ser encontrada na força de uma de suas principais propostas, o “neutralismo” perante os dois blocos de poder da Guerra Fria. Os participantes abriram caminhos para a formação de uma agregação internacional de forças políticas que passaram a desenvolver inúmeros temas no interior das lutas sociais, inclusive nos países mais desenvolvidos: trata-se da substituição do conflito Leste-Oeste pelo diálogo Norte-Sul (KOCHER, 2005).

Embora o “neutralismo” fosse um ponto forte e, de maneira geral, bem sucedido da conferência, ele também constituía uma de suas limitações concretas, tendo de ser adaptado e, por conseguinte, substituído ainda nos anos cinquenta pela formulação do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser: “o neutralismo positivo”, ou “neutralismo ativo”. Ainda que a “neutralidade” desejada não fosse a indiferença ou ausência, mas sim um desejo de participação efetiva nas principais decisões do sistema internacional, sua prática era muito difícil de ser alcançada. O neutralismo, enquanto orientação política, era frágil à medida que os países diretamente geradores do conflito bipolar possuíam a capacidade material de influenciar o cenário internacional numa proporção maior do que o Terceiro Mundo³ (KOCHER, 2005).

Ao apoiar o neutralismo e o não alinhamento, além de dar prioridade ao desenvolvimento (que implicava o estabelecimento de um novo sistema de relações internacionais), Bandung se apresentava como um desafio para a Conferência de Yalta⁴. Além disso, configurava novas opções para a América Latina, composta por países também classificados como Terceiro Mundo. O “*terceiro-mundismo*” propiciava um suporte político-ideológico aos regimes populistas latino-americanos na defesa de reformas de base como via para o desenvolvimento. Isso levou a uma contestação à hegemonia norte-americana e à formação de uma esquerda periférica revolucionária e autônoma, que chegou ao poder em Cuba em 1959. O choque com o sistema proposto em Yalta fica evidente, à medida que Bandung questionava a hegemonia dos EUA numa região que era internacionalmente reconhecida como sua área de influência. De

³Os únicos três elementos realmente diferenciadores entre os países dos blocos e os do Terceiro Mundo que poderiam ser vantajosos para o bloco afro-asiático eram: as matérias-primas, a produção agrícola e sua imensa população.

⁴A Conferência de Yalta ocorreu em 1945, quando Roosevelt (EUA), Stalin (URSS) e Churchill (ING) reuniram-se para decidir o fim da Segunda Guerra Mundial e a repartição das zonas de influência entre as potências do Leste e Oeste.

acordo com Visentini(1997): “Se o processo de descolonização que conduziu à formação do Terceiro Mundo e do Movimento dos Países Não Alinhados alterou as bases internacionais sobre as quais se estruturou o Sistema de Yalta, a Revolução Cubana representou o primeiro sinal de desgaste deste sistema”(VISENTINI, 1997, p. 13).

Como consequência mais prática das tratativas de Bandung, podemos ressaltar a I Conferência dos Países Não alinhados, ocorrida no ano de 1963, em Belgrado, na Iugoslávia (atualmente, na Sérvia). Nela, convergiram a política de Tito na busca de uma terceira via nas Relações Internacionais, o neutralismo e o afro-asiatismo de Bandung. Entre os 25 membros do novo movimento figuravam Cuba, Iugoslávia e Chipre, ao lado dos afro-asiáticos. Os não alinhados, mais uma vez, manifestaram-se contra o domínio das grandes potências e mencionaram a necessidade de uma nova ordem política e econômica mundial (VISENTINI, 2007).

Percebe-se pelos fatos já apresentados, então, que o “espírito de Bandung” possuía uma dimensão tripla: luta contra o colonialismo/neocolonialismo, neutralidade no interior da Guerra Fria e busca pelo desenvolvimento econômico. A primeira dimensão pode ser considerada vitoriosa. A segunda foi alcançada em termos, o que não afetou o Movimento dos Países Não Alinhados (criado em 1961 buscando institucionalização do “espírito”), que continuou conquistando afiliados. É na terceira dimensão que reside o principal desafio do “espírito de Bandung” (KOCHER, 2005).

ANÁLISE DA CONJUNTURA CONTEMPORÂNEA

Com o início da década de 70, novos instrumentos poderosos de inserção das antigas potências coloniais no interior da vida política e social das antigas colônias foram se desenvolvendo, numa tentativa de criar inúmeras formas institucionais internacionais para redesenhar o quadro da “rebeldia da periferia” em favor de uma nova hegemonia centrada novamente nos países desenvolvidos. É neste momento de auge do Terceiro Mundo e das ideologias nele baseadas que o conceito começou a desmoronar. Ao mesmo tempo em que ocorre esta retomada das práticas neocolonialistas, começa a se tornar evidente que nenhum nome ou rótulo individual podia cobrir adequadamente um conjunto de países cada vez mais divergentes, sendo o termo ainda adequado apenas para distinguir os países pobres do mundo dos ricos. Isto

acontecia à medida que parte do Terceiro Mundo industrializava-se e entrava visível e rapidamente no Primeiro Mundo, embora continuassem desfavorecidos economicamente, através principalmente de uma nova divisão internacional do trabalho, baseada na transferência de indústrias que produziam para o mercado mundial, da primeira geração de economias industriais para outras partes do mundo (HOBBSAWM, 1998).

Uma das limitações do bloco afro-asiático era o fato de não existir uma política externa e um exército comuns, bem como uma integração econômica. Este quadro seria um dos fatores permissores de que em março de 2003 o Iraque fosse ocupado por tropas norte-americanas. O que vem acontecendo desde então está no extremo totalmente oposto ao “espírito de Bandung” (KOCHER, 2005). Muitos dos princípios presentes no encontro de 1955 foram feridos, como a não intervenção, o uso da força militar para a resolução de divergências, o respeito à integridade territorial e soberania de uma nação, o desrespeito à vontade da maioria dos membros da ONU para a resolução do conflito e o não cumprimento da resolução do conselho de segurança. Segundo a afirmação de Bernardo Kocher (2005):

Este episódio associou um brutal revés na organização política do Terceiro Mundo, minando, ao menos temporariamente, as possibilidades dos povos libertados do jugo colonial em alcançarem uma real independência de suas antigas metrópoles (KOCHER, 2005, p. 2).

Não obstante, atualmente ainda são realizadas tentativas de uniões entre os países do Terceiro Mundo em blocos promotores de interesses comuns, abrangendo também países latino-americanos e com uma importante distinção em relação à época em que ocorreu Bandung: há países do Terceiro Mundo considerados ‘emergentes’, podendo consolidar-se como potências mundiais futuramente. Este fato constitui-se como um novo elemento de empoderamento dos países subdesenvolvidos, que recorrem a estes países de maior destaque para ganharem voz e poder de barganha em relação aos desenvolvidos, além de aumentarem suas possibilidades de defesa. Neste sentido, citamos alguns exemplos de blocos formados por aqueles países a seguir, dando preferência aos blocos que possuem também o Brasil como membro:

Criada nos anos 1980 a partir de proposta nigeriana e projeto brasileiro, a **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul** (ZOPACAS) constitui o principal fórum de cooperação entre os países da América do Sul e da África que são banhados pelo

Oceano Atlântico. A Zona é constituída por 24 países, sendo eles: Argentina, Brasil, Uruguai, África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo (UFRGSMUN, 2014). A iniciativa surge motivada pelo próprio contexto criado pela Guerra Fria: a possibilidade de confronto e a posição estratégica relativamente relevante desempenhada pelo Atlântico Sul. Assim sendo, com o fim da Guerra Fria a iniciativa foi perdendo importância e chegou a quase ser abandonada, sendo este contexto alterado pela atitude da diplomacia brasileira em relançar o projeto em novas bases, em 1992, considerando a nova conjuntura internacional. Dessa forma, foi dada à Zona mais ênfase na cooperação econômica do que na ideia de paz, através de ações coletivas visando à promoção do desenvolvimento. Além disso, a Zona foi exortada a cumprir as resoluções da ONU, a partir das áreas de ação que lhe dão maior visibilidade internacional: meio ambiente, desnuclearização do Atlântico Sul e cooperação econômica e comercial (PENHA, 2011). A importância da ZOPACAS está na sua representatividade como esforço regional em direção à cooperação sul-sul e manutenção da área livre de armas nucleares e processos de militarização externos. Dessa forma, o bloco defende também a soberania dos países envolvidos e a multipolaridade da ordem internacional, além do desenvolvimento econômico previamente citado (UFRGSMUN, 2014).

Um segundo exemplo é o **Fórum IBAS** (ou G-3). Criado em 2003, o grupo é formado por três dos países considerados emergentes: Brasil, Índia e África do Sul. O bloco identifica-se com o contexto Pós-Guerra Fria, em que há alargamento da agenda de segurança e modificação no eixo estratégico das relações mundiais, que deixam de ser centradas no eixo Leste-Oeste para focarem-se nas relações Norte-Sul. Assim, a importância do fórum se dá em termos da coordenação das ações dos países membros, visando à defesa de posições comuns frente aos países desenvolvidos e estabelecendo uma cooperação para a superação conjunta das mazelas internas. No entanto, o grupo vai além, representando também os países não membros, visto que constitui atualmente uma das principais ações de contestação da ordem internacional, procurando assim dar maior voz aos países em desenvolvimento (VIANA, 2009).

Como últimos exemplos cabem citar as iniciativas regionais dos países que integraram o Movimento dos Não Alinhados, dando destaque à União Africana (UA), à

Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e à Associação Sul-Asiática de Cooperação Regional (SAARC). Estes grupos foram formados visando não só desenvolver a região em que estão inseridos através de ajuda mútua, como adquirir maior relevância internacionalmente para tratar dos interesses comuns desta região. No entanto, em muitas ocasiões tornam-se não efetivos, visto que ainda não superaram o maior obstáculo para suas consolidações: a assimetria entre os próprios países-membros.

O mais antigo destes blocos é a ASEAN, surgindo em 1967, logo após o Movimento dos Não-Alinhados e a Conferência de Bandung, sendo, portanto, integrante do mesmo contexto histórico e conjuntura internacional. O bloco tem como membros Brunei Darussalam, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã e objetiva – não apenas, mas principalmente- acelerar o desenvolvimento econômico e cultural e o progresso social, promover a paz e estabilidade regional, promover colaboração e assistência mútua e manter cooperação benéfica com organizações internacionais e regionais com objetivos e princípios similares (ASEAN, 2014).

Objetivos muito similares possui a SAARC, criada em 1985 com a intenção de unir e fortalecer os países do sul da Ásia, sendo formada por Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka. Os objetivos do bloco, segundo sua carta de constituição, são os seguintes: Promover o bem-estar da população do sul da Ásia e aumentar sua qualidade de vida; acelerar o desenvolvimento econômico, progresso social e desenvolvimento cultural na região e prover todos os indivíduos com a oportunidade de viver em dignidade e realizar por completo seus potenciais; promover e fortalecer a autossuficiência entre os países do sul da Ásia; contribuir para a confiança mútua, compreensão e apreciação dos problemas uns dos outros; promover colaboração ativa e assistência mútua nos campos econômico, social, cultural, técnico e científico; fortalecer a cooperação com outros países em desenvolvimento; fortalecer a cooperação entre os membros em fóruns internacionais em questões de interesses comuns e; cooperar com organizações internacionais e regionais com objetivos e princípios comuns (SAARC, 1985).

A União Africana foi criada em 2001 e se tornou um reconhecido bloco de integração regional, tendo grande abrangência: são membros todos os países africanos, exceto o Marrocos. A união tem como objetivos a aceleração do processo de integração

regional, a promoção e consolidação da unidade do continente, a fomentação da união, solidariedade e coesão, a eliminação do flagelo dos conflitos e a habilitação da África para fazer frente aos desenvolvimentos políticos, econômicos e sociais da ordem internacional (ITAMARATY, 2014).

Vale lembrar que esses blocos têm dificuldades para se consolidarem porque, além do obstáculo das assimetrias intrabloco, conforme supracitado, os países também relutam para conceder parte de suas autonomias decisórias para uma instituição supranacional pelo próprio fato de terem tido muitas dificuldades para conquistarem sua soberania, não desejando abrir mão de parte desta mesmo que implique em benefícios mútuos. Ainda assim, a configuração destes países em iniciativas coletivas, sem a presença de potências externas, importa para que estas nações adquiram cada vez mais poder de barganha e possibilidades de participar da construção de uma nova ordem internacional multipolar que traga consequências a seu favor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Conferência de Bandung, apesar de suas limitações, deve ser destacada por representar, à sua época, um marco às Relações Internacionais: pela primeira vez na história, povos que, durante séculos, permaneceram, e ainda permaneciam, marginalizados pela ordem internacional vigente tiveram a oportunidade de articular pretensões próprias, claras e críticas que desacordavam com muitas das condutas adotadas pelas duas superpotências que dominavam o cenário bipolar internacional. Mesmo que a grande divergência entre os seus participantes e a pouca capacidade tanto econômica quanto política destas tenha solapado a possibilidade da perspectiva neutralista galgar passos mais longos, é inegável que Bandung preparou o terreno para a vindoura ordem política internacional multipolar, onde, ao menos na teoria, o conjunto de países periféricos contraiu uma importância relativa nunca antes vista, apesar de todos os obstáculos que enfrentam para cooperarem e se desenvolverem econômica e socialmente de maneira cada vez mais independente.

REFERÊNCIAS

AMIN, S. **50º Aniversário da Conferência de Bandung (Entrevista com Samir Amin conduzido por Rémy Herrera)**. In *Marxismo Revolucionário Atual*. Generated, 01 jun. 2010, p. 11-55. Disponível em: <http://resistir.info/samir/bandung_port.html>. Acesso em: 20 mai. 2013

ASEAN. **Overview**. Disponível em: <<http://www.asean.org/asean/about-asean/overview>>. Acesso em: 01 out. 2014.

Comunicado Final da Conferência de Bandung. Disponível em: <http://www.labpac.faed.udesc.br/oficina_Bandung.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2013.

DIÁRIO UNIVERSAL. Conferência de Bandung. Disponível em: <<http://www.diario-universal.com/2007/04/aconteceu/conferencia-de-bandung>>. Acesso em: 20 Mai. 2013.

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ITAMARATY. **União Africana**. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/uniao-africana>>. Último acesso em 01 out. 2014.

KOCHER, Bernardo. **De Bandung a Bagdá: Cinquenta Anos de Economia Política do Terceiro Mundo**. 2005. Artigo apresentando no X Encontro Nacional de Economia Política, Rio de Janeiro, 2005.

PENHA, Eli A. **A Pax Atlântica: Conflitos e Interações no Atlântico Sul**. In: PENHA, Eli A.. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011. P. 183-193.

RIBEIRO, Cláudio. **União Africana: possibilidades e desafios**. 2008. Disponível em <<http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/08/Uniao-Africana-Possibilidades-e-desafios.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2013.

SAARC. **Saarc Charter**. Disponível em <<http://www.saarc-sec.org/>>. Acesso em: 05 out. 2014.

THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, Republic of Indonesia (Ed.). **Asia-Africa speak from Bandung. Djakarta: 1955**. Disponível em: <http://www.cvce.eu/obj/final_communique_of_the_asian_african_conference_of_bandung_24_april_1955-en-676237bd-72f7-471f-949a-88b6ae513585.html>. Acesso em: 01 out. 2014.

UFRGSMUN. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul**. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2014/?page=committees§ion=zopacas>>. Acesso em: 01 out 2014.

VISENTINI, P. **A História do Século XXI**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

VISENTINI, P. **O sistema de Yalta como condicionante da política internacional do Brasil e dos países do Terceiro Mundo**. Scielo, São Paulo, v. 40, n.1, p. 13, 1997.

YOUNG, Robert J.C. **Postcolonialism: From Bandung to the Tricontinental**. Historein, v. 5, p. 12-17. 2005.